



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009176-44.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária - Família**
 Requerente: **José Roberto Castanheiro e outro**
 :

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1. Trata-se de pedido para homologação de **restabelecimento da sociedade conjugal**, em que as partes (qualificação no cabeçalho) chegaram a um acordo. Consta nos autos que, os requerentes, separaram-se judicialmente por sentença proferida nos autos do processo nº 1337/06. A sentença versou também sobre partilha de bens do casal, guarda e pensão do filho (nascido em 28/06/1994, menor à época, fls. 14), e troca do nome da Requerente, voltando a usar o nome de solteira.

2. Neste contexto, com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, **HOMOLOGO**, por sentença o acordo estabelecido entre as partes, para que surta os efeitos legais e jurídicos, e **DECRETO** o restabelecimento da sociedade conjugal, observando-se as cláusulas da petição de fls. 01. Por consequência, julgo extinto o feito.

3. Considerando que a celebração de acordo é ato incompatível com o direito de recorrer, nos moldes do artigo 1000 do CPC, **fica desde logo anotado o trânsito em julgado na data da assinatura digital desta sentença**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

4. Expeça-se mandado de averbação do restabelecimento de sociedade conjugal, competindo às partes extrair cópia e encaminhar para cumprimento pelo CRCJUD. .

5. Cumpridas as determinações, archive-se.

6. P. I.

São Carlos, 04 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**